

Formação interna contínua, apoiada pela tecnologia

A formação contínua dos advogados mantém-se, *in-house*, mesmo em tempo de pandemia, com as plataformas tecnológicas a garantirem a capacidade de partilha de conhecimento, com as novas tecnologias a terem um papel cada vez mais relevante.

JOÃO BARROS

jbarros@jornaleconomico.pt

A advocacia é uma atividade que exige formação permanente, para atualização de conhecimentos, mas a evolução que se tem vivido no sector, com uma importância cada vez maior de ferramentas inovadoras e de automatização de processos, implica a aquisição de competências que permitam o uso adequado destes recursos, um processo que se torna mais complicado perante as restrições decorrentes da pandemia. Ainda assim, os escritórios de advogados desenvolveram soluções internas para responder às necessidades e têm apostado, sobretudo, no digital para fazer face a estes condicionamentos, tal como sucedeu em vários outros aspetos da prática, de forma a manter a formação *in-house* ativa.

A rápida evolução das ferramentas digitais no mundo do Direito obriga a uma atualização de conhecimentos quase permanente, sendo que a pandemia teve o mérito de, à semelhança de outras atividades, acelerar este processo, que já vinha constituindo uma tendência segura. Aquele que era, tradicionalmente, um trabalho sobretudo intelectual e dificilmente automatizável, tem agora uma componente tecnológica cada vez mais relevante, mas isto leva a que seja necessário apostar na formação e atualização de conhecimentos do capital humano das sociedades.

“O Direito, tradicionalmente visto como estável e imóvel, é forçado a acompanhar a uma velocidade inaudita e impensável até há poucos anos”, afirma Eduardo Paulino, sócio da Moraes Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados (MLGTS), em declarações ao Jornal Económico (JE).

“Não interessa quantos recursos dispomos se não soubermos como se usa a tecnologia e como incorporá-la na cultura organizacional”, completa Fernando Antas da Cunha, managing partner da Antas da Cunha ECIIJA & Associados. Assim, nesta sociedade, a abordagem passou, sobretudo, por sessões de formação, “pelo menos uma vez por mês”, em formato online, nas quais são tratados vários temas ligados à inovação e digitalização no Direito, com particular incidência nesta segunda vertente. A iniciativa foi apelidada de AE Academy e visa dotar os advoga-



BRUNO FERREIRA
Managing partner, PLMJ



EDUARDO PAULINO
Sócio, MLGTS



FERNANDO ANTAS DA CUNHA
Managing partner, Antas da Cunha

dos da Antas da Cunha ECIIJA & Associados dos conhecimentos técnicos que lhes permitam concentrar-se cada vez mais em tarefas onde a automatização e a inteligência artificial não conseguem substituir o racional humano e a relação com o cliente.

Para Fernando Antas da Cunha, esta é uma “transformação para que os advogados exerçam realmente a função para as quais foram formados, ou seja, através de um conhecimento profundo da lei e das normas jurídicas, em geral, agregado a um capital de experiência que acumulam na relação com os vários clientes, poderem acrescentar um valor nas relações que estabelecemos com estes”.

A perspetiva de Bruno Ferreira, da PLMJ, é semelhante, já que o managing partner da sociedade sublinha, ao JE, que a sociedade procura “proporcionar aos advogados e às equipas que os apoiam soluções que os libertem de tarefas mais repetitivas ou que os auxiliem, conferindo maior segurança e rapidez” ao seu trabalho e libertando estes profissionais para outras tarefas, que acrescentem mais valor. No entanto, tal só é possível através da “disseminação e partilha do conhecimento interno”, argumenta.

“No atual contexto, a maior parte da formação tem sido lecionada online, através [da plataforma]

Teams, o que naturalmente obrigou a uma adaptação dos conteúdos e da dinâmica das ações, por forma a garantir uma maior proximidade e participação entre formador e participantes”, detalha Bruno Ferreira.

Experiência interna e parceriais com a academia

As sociedades de advogados formam internamente, onde têm a possibilidade de adequar o currículo às necessidades, mas também procuram parcerias externas, com a academia, para reforçar a capaci-

dade formativa. Ao JE, Eduardo Paulino, sócio da MLGTS, enumera, além da formação interna, os destacamentos internos em várias áreas, de forma a dotar cada advogado de conhecimentos nas várias especialidades da firma, e, ainda, programas formativos novos desenhados para responder às áreas vistas como prioritárias.

“Para a formação jurídica e de soft skills, para todas as idades, categorias e funções, temos atualmente um intenso programa de formação contínua e obrigatória, no âmbito do Instituto Miguel Galvão Teles”, refere Eduardo Paulino, que aprofunda:

“A título de exemplo, mencionaria uma formação totalmente personalizada de gestão para advogados que desenvolvemos em conjunto com a NOVA SBE, a Business Academy for Lawyers (entretanto tornada pública para qualquer advogado), mas também um programa de cibersegurança que trabalhamos com o IST, no âmbito do seu programa Técnico+.”

“O papel de um advogado é oferecer a melhor solução para o cliente, com rigor jurídico, com o brilho que lhe conseguir imputar e com a máxima eficiência – para ambos, entenda-se. A inovação que procuramos está na solução em si, e não na forma como esta é trabalhada”, remata o sócio da MLGTS. ●

A PLMJ procura “proporcionar aos advogados e às equipas que os apoiam soluções que os libertem de tarefas mais repetitivas, libertando-os para outras tarefas”, que acrescentem mais valor



Reuters

TECNOLOGIA

Adaptação é “inevitabilidade e exigência”

Sistemas de gestão ou IA são ferramentas cada vez mais comuns numa área em transformação.

JOÃO BARROS

jbarros@jornaleconomico.pt

O recurso à tecnologia tem vindo a proliferar nos últimos anos e o Direito não é exceção. Desde a automatização de processos, ferramentas de processamento de documentos ou contratos inteligentes, várias são as tecnologias inovadoras que têm começado a mudar de forma radical a prática da advocacia.

“A tecnologia é hoje tanto uma inevitabilidade quanto uma exigência. Os clientes esperam de nós formas de trabalhar diferentes e, para que isso seja possível, encaramos a transformação digital como um caminho contínuo, transversal a toda a organização”, começa por apontar Bruno Ferreira, managing partner da PLMJ.

Esta evolução reveste-se de grande importância, dados os ganhos de eficiência para as organizações, mas, perante a evolução dos vários sectores produtivos – que acabam por, inevitavelmente, interagir com a advocacia –, tornou-se igualmente um processo quase obrigatório para as sociedades de advogados.

“O grau de exigência e sofisticação dos nossos clientes obriga-nos não só a estar à altura das suas necessidades, mas também a colaborar com os clientes no desenvolvimento de soluções alternativas e até, de certa maneira, a desafiar os clientes para novas soluções”, acrescenta Bruno Ferreira.

Na Antas da Cunha ECIJA & Associados, a evolução tecnológica passa sobretudo por duas áreas principais, explica Fernando Antas da Cunha: a tecnologia enquanto parte integrante da transição digital e a inovação ou tecnologia legal.

Enquanto a primeira vertente deste processo se foca sobretudo na aplicação de diversos mecanismos ou ferramentas à gestão diária da atividade de um advogado, através de sistemas de gestão empresarial (ERP) ou de relacionamento com clientes (CRM), a segunda envolve o desenvolvimento de produtos específicos para a atividade. É com esse objetivo que surgiu o departamento de Legal Intelligence da firma.

Estas são tendências transversais a todo o sector, como se pode comprovar pela transição digital na Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados (MLGTS). Neste escritório, a adoção de, por exemplo, data science aplicada ao sector é vista “como ferramenta de organização e compreensão de volumes cada vez mais impressionantes de informação”, assinala Eduardo Paulino.

Simultaneamente, o sócio da firma revela que esta é “contactada semanalmente para demonstrações de novos programas e ideias e há ainda uma expectativa muito grande quanto ao que serão as próximas fronteiras”, pelo que o entusiasmo em relação ao futuro é considerável.

“A tecnologia é uma ferramenta de trabalho e um fator de inovação, nem mais, nem menos. O último ano e meio acelerou a digitalização e a utilização de muitas ferramentas que já existiam, mas não eram, em muitos casos, a primeira escolha, sobretudo por hábitos e culturas de trabalho enraizadas. Mas inovar não se reconduz a adotar novas tecnologias, por muito tentador que seja passar essa mensagem”, remata Eduardo Paulino. ●